



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Emancipação feminina e modelos de organização social e familiar na Guiné-Bissau

Sérgio Mendes Vaz

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutora Sonia Cardoso Pintassilgo, Professora Associada

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Departamento de Sociologia

Emancipação feminina e modelos de organização social e familiar na Guiné-Bissau.

Sérgio Mendes Vaz

Mestrado em Sociologia

Orientadora:

Doutra Sónia Cardoso Pintassilgo, Professora Associada

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2025

Agradecimento

Primeiramente, agradeço aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me encorajaram mesmo nos momentos difíceis. Sempre estiveram presentes para me apoiar, e este agradecimento estende-se também aos meus familiares e amigos, bem como a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que este sonho se tornasse realidade. O meu muito obrigado.

Devo um agradecimento especial aos meus colegas da faculdade, pela lealdade, companhia e por todas as experiências que vivemos juntas. Já se tornaram a minha família.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora, Professora Sónia Cardoso Pintassilgo, pela perspicácia, pelos ensinamentos, pela generosa partilha de conhecimentos e pela paciência ao longo de todo este processo. Obrigado, do fundo do coração.

Ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa agradeço pelo acolhimento caloroso e pela integração na comunidade académica, bem como ao seu corpo docente, pelos ensinamentos e pela partilha de experiências.

Por fim, agradeço às pessoas que gentilmente dispensaram um pouco do seu tempo para conversar comigo. Sem elas, esta investigação não teria sido possível.

Resumo

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito do Mestrado em Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tem como principal objetivo compreender a emancipação feminina e os modelos de organização familiar e social na Guiné-Bissau. Pretende-se, assim, analisar as representações sociais de homens e mulheres guineenses e como estas influenciam as dinâmicas dos papéis desempenhados no seio familiar, bem como as práticas relacionadas com o género. A investigação adotou uma abordagem metodológica qualitativa, recorrendo à realização de entrevistas semiestruturadas com sete casais, totalizando 14 participantes. As entrevistas visam explorar os posicionamentos de homens e mulheres face às práticas de género, à divisão sexual do trabalho decorrente da emancipação feminina, e à forma como ambos são representados nos espaços público e privado. Além disso, o estudo promove uma discussão sobre as representações sociais, a divisão sexual do trabalho e a articulação entre os espaços público e privado, tendo como base as narrativas dos entrevistados. Desse modo, esta pesquisa procura contribuir para o aprofundamento do conhecimento sociológico sobre as práticas de género na Guiné-Bissau e contributos para o desenvolvimento de políticas públicas mais equitativas e eficazes.

Palavras-chave: Representação social; Género; Emancipação; Guiné-Bissau.

Abstract

This dissertation, developed within the scope of the Master's in Sociology at ISCTE – University Institute of Lisbon, aims to understand female emancipation and the models of family and social organization in Guinea-Bissau.

The objective is to analyze the social representations of Guinean men and women and how these influence the dynamics of roles within the family, as well as gender-related practices. The research adopted a qualitative methodological approach, using semi-structured interviews with seven couples, totaling 14 participants.

The interviews aim to explore the positions of men and women regarding gender practices, the sexual division of labor resulting from female emancipation, and how both are represented in public and private spaces. Furthermore, the study promotes a discussion on social representations, the sexual division of labor, and the articulation between public and private spaces, based on the narratives of the interviewees.

In this way, the research seeks to contribute to the deepening of sociological knowledge about gender practices in Guinea-Bissau and to offer insights for the development of more equitable and effective public policies.

Keywords: Social representation; Gender; Emancipation; Guinea-Bissau.

Índice

Agradecimento	i
Resumo	iii
Abstract	v
 Capítulo 1. Introdução	 1
 Capítulo 2. Representações sociais, desigualdades e género	 3
2.1. Socialização e construção de género	4
2.2. Estereótipos e desigualdades de género	5
2.3. Divisão sexual do trabalho e papéis familiares	7
 Capítulo 3. Emancipação feminina e organização social e familiar na Guiné-Bissau	 9
3.1. Contexto e as regulamentações formais do papel da mulher na Guiné-Bissau	9
3.2. As mulheres nos contextos político e social da Guiné-Bissau	11
 Capítulo 4. Objetivos e Metodologia	 19
4.1. Técnicas de recolha de dados	19
4.2. Consentimento informado	20
4.3. Notas do campo	21
 Capítulo 5. Análise e discussão de resultados	 25
5.1. Representações sobre papéis de género	25
5.2. Divisão sexual do trabalho: representações	26
5.3. Conciliação do espaço público versus privado	28
5.4. Educação dos filhos	29
5.5. Práticas sobre papéis de género e divisão sexual do trabalho	30
5.6. Diferenças e contradições no seio dos casais	31
5.7. Diferenças entre representações e práticas	32
5.8. Influência de escolaridade/ profissão nas tendências encontradas	33
5.9. Discussão dos resultados	33

Capítulo 6. Conclusão	37
Referências Bibliográficas	41
Anexo – Guião das entrevistas	43

Índice de figuras

Quadro 1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados	23
---	----

Siglas

ESSP – Escola de Sociologia e Políticas Públicas

UDEMU – União Democrático das Mulheres

MICS – Inquérito aos Indicadores Múltiplos

INE – Instituto Nacional da Estatística.

CAPÍTULO 1

Introdução

Esta dissertação tem como tema principal *A emancipação feminina e modelos de organização social e familiar na Guiné-Bissau*. Com este estudo, pretende-se alcançar os seguintes objetivos: descrever o percurso da emancipação das mulheres, analisando as transformações sociais, políticas e culturais que contribuem para a sua autonomia; identificar as percepções de homens e mulheres sobre as representações e práticas de género, explorando de que maneira essas visões influenciam as dinâmicas familiares e sociais; e aferir as mudanças na distribuição das tarefas domésticas decorrentes da emancipação feminina, avaliando o impacto dessa evolução nos papéis tradicionalmente atribuídos no seio familiar.

Assim, o estudo está estruturado em seis capítulos, incluindo a introdução e a conclusão. O segundo, após a introdução, intitulado *Representações sociais, desigualdades e género*, oferece uma abordagem teórica sobre representações sociais, desigualdades e género, evidenciando os processos pelos quais essas representações são construídas e consolidadas na sociedade. Discute-se o processo de socialização e de construção dos papéis de género, demonstrando como a socialização influencia o posicionamento dos indivíduos. Esta reflexão é acompanhada pela perspectiva dos estereótipos de género e pela análise da divisão sexual do trabalho no âmbito familiar, cuja estruturação histórica se baseia nas diferenças sexuais para legitimar as desigualdades entre os géneros.

O terceiro capítulo, *Emancipação feminina e organização social e familiar na Guiné-Bissau*, inicia-se com a exposição da complexidade da população guineense, marcada pela sua pluralidade étnica e religiosa. São narradas as práticas culturais e étnicas que, por vezes, dificultam a efetivação da legislação oficial voltada para as questões de igualdade e equidade de género. O capítulo aborda também o papel das mulheres nos contextos políticos e sociais da Guiné-Bissau, evidenciando as suas valiosas contribuições na luta de libertação nacional, bem como os retrocessos observados no que diz respeito à ocupação de cargos de elevada representatividade social, especialmente nos espaços de tomada de decisão.

O quarto capítulo, intitulado *Objetivos e Metodologia*, apresenta os principais objetivos que se pretendem alcançar com este trabalho. A abordagem metodológica adotada é de natureza qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas com sete casais, totalizando 14 participantes. Dada a escassez de estudos sobre esta temática no contexto da Guiné-Bissau, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, com o propósito de aprofundar a análise do fenómeno em

questão. As entrevistas foram conduzidas em diferentes bairros de Bissau e Bolama, permitindo, por meio desta estratégia metodológica, captar as memórias e os posicionamentos dos entrevistados relativamente às representações e práticas de género, bem como às dinâmicas de emancipação e organização familiar decorrentes dessa emancipação e da divisão sexual do trabalho.

Por último, no quinto capítulo, intitulado *Análise e Discussão dos resultados* procedem-se à análise dos conteúdos recolhidos nas entrevistas, onde é possível identificar as representações sociais atribuídas aos homens e às mulheres, bem como os seus posicionamentos face à divisão sexual do trabalho. A análise permite também compreender de que forma conciliam as práticas de género com a educação dos filhos, como os papéis tradicionais associados ao homem enquanto provedor continuam presentes, e a crescente resistência por parte das mulheres, que já não se conformam com tais modelos e lutam por mudanças que promovam a igualdade entre homens e mulheres em todas as dimensões da vida social e familiar.

CAPÍTULO 2

Representações sociais, desigualdades e gênero

Representação social pode ser entendida como uma forma de conhecimento construída e partilhada coletivamente, com um propósito prático, contribuindo para a criação de uma realidade comum a um grupo social (Oliveira, 2010).

O conceito de representação social, desenvolvido por Moscovici, possui uma estreita relação com a consciência coletiva de Durkheim uma realidade *sui generis* que elimina ou minimiza as diferenças individuais, dando lugar a uma unidade onde a vida social se manifesta. No entanto, ao contrário de Durkheim, Moscovici reformulou esse conceito, tornando-o mais dinâmico e atual, de modo a descrever as realidades socialmente construídas, nas quais as representações sociais são vistas como uma forma de conhecimento particular, relacionada com o senso comum, a interação e a socialização (Xavier, 2002).

Para abordar a noção de representação social, é essencial considerar duas dimensões fundamentais: por um lado, a representação como uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado; por outro, a sua dimensão psicológica, analógica e afetiva, inserida no comportamento do indivíduo (*idem*).

Assim, é importante considerar as principais características das representações sociais segundo Moscovici: a funcionalidade e o caráter performativo. A funcionalidade refere-se a uma modalidade de conhecimento particular, cuja função é estruturar os comportamentos e as comunicações entre os indivíduos. Trata-se do processo pelo qual, em interação social, os indivíduos constroem teorias sobre os objetos sociais, tornando-os viáveis para a comunicação e para a organização dentro de uma determinada sociedade.

Quanto ao caráter performativo, a representação social funciona como um sistema que, ao interpretar a realidade, simultaneamente organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social. Este processo permite a interiorização de experiências, práticas sociais e modelos de conduta, articulando-os enquanto constrói e se apropria de objetos socializados (Xavier, 2002).

Para o autor, a representação social, sendo socialmente construída, tem como elemento central a construção, que assume um papel essencial nesse processo. Isto porque coloca o indivíduo na posição de sujeito, à medida que reconhece a sua condição de ser socialmente constituído e, simultaneamente, se manifesta como agente constituinte dessa realidade. Daí a importância de compreender os mecanismos pelos quais essas produções ocorrem.

Esses processos concretizam-se por meio de dois fatores fundamentais: objetivação e ancoragem. A objetivação é o processo pelo qual as ideias são materializadas, ou seja, associadas a conceitos. Trata-se de uma forma de reabsorver o excesso de significados, tornando-os concretos e integrando-os no universo da vida quotidiana. Já a ancoragem refere-se à inserção de uma nova representação no conjunto das representações já existentes na sociedade. Atua no sentido de manter o equilíbrio entre os valores dominantes e os valores individuais, evitando contradições e funcionando como um mecanismo de mediação (idem).

As representações sociais de um indivíduo são fortemente influenciadas pelas posições que ocupa nos diversos campos da vida social. A sociedade em que vivemos possui os seus próprios valores e crenças, que moldam essas representações. Assim, elas são construídas de acordo com os interesses associados ao estatuto social, sendo inculcadas pelos agentes sociais através de um sistema classificatório que, na maioria das vezes, não é questionado e se desenvolve de forma inconsciente por meio da socialização (Trindade, 2020).

2.1. Socialização e construção de género

Trindade explica que, na socialização primária, ou seja, na primeira infância a criança aprende aspetos básicos e essenciais sobre como ser um indivíduo na sociedade. É nesse momento que as classificações de género começam a ser interiorizadas, juntamente com a linguagem e outros elementos fundamentais do mundo social. A criança inicia, assim, a aprendizagem sobre o que significa ser rapaz ou rapariga, incorporando a divisão sexual. É nesta fase que os sujeitos começam a construir as suas identidades de género, masculina ou feminina (idem).

Trindade (2020) salienta ainda que o contacto com diversos agentes da socialização primária e secundária contribui significativamente para o desenvolvimento do género, mesmo que a criança nasça com o sexo biologicamente definido. A criança interioriza as normas e expectativas associadas ao seu sexo de nascimento e aprende as classificações que organizam o mundo social, o que, mais tarde, definirá o seu lugar enquanto indivíduo na sociedade.

Bourdieu (2010) demonstra que a divisão entre os sexos parece estar inscrita na ordem natural das coisas, sendo percebida como algo normal e inevitável. Essa percepção, contudo, resulta de um processo de aprendizagem social, profundamente enraizado nas estruturas simbólicas do mundo em que vivemos. As distinções entre os sexos, embora arbitrárias, são construções sociais que, ao serem naturalizadas, acabam por adquirir legitimidade e reconhecimento coletivo.

Guerreiro e Abrantes (2007) acrescentam que a socialização diferenciada entre os géneros contribui para a reprodução simbólica da dominação masculina, uma vez que as raparigas continuam, em grande medida, a ser educadas para desempenhar papéis tradicionais, como os de boas donas de casa, esposas e mães.

Apesar das diferenças atenuadas no processo de socialização, a maioria das sociedades contemporâneas apresenta um padrão patriarcal de subalternidade da mulher em relação ao homem. Assim, as diferenças de género assumem uma natureza hierárquica, estruturadas por um sistema de desigualdades. Estas diferenças não são intrínsecas, mas sim resultado de uma dinâmica social que reflete a organização do mundo social (Trindade, 2020).

Moreira (2017) destaca que, na definição do patriarcado, encontra-se uma dimensão centralizadora do poder, exercido de forma vertical, na qual o homem é considerado o sexo dominante e a mulher o sexo subordinado. Esta dinâmica não se manifesta apenas numa perspetiva individual, mas também ao nível do Estado, que institucionaliza relações de poder ao favorecer os homens em instituições por eles dominadas.

As assimetrias nas representações de género são motivadas por estereótipos sexuais que atribuem traços de instrumentalidade ao masculino associados à dominação e independência e traços de expressividade ao feminino ligados à dependência e submissão. Estes atributos, associados à imagem dos indivíduos, criam expectativas sobre os seus comportamentos, influenciando, muitas vezes, a própria personalidade (Amâncio, 1992). No entanto, esses processos de diferenciação entre os géneros explicam-se pelos diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade, os quais são interiorizados através da socialização. Assim, a orientação aprendida sobre o papel adequado à identidade de género e as expectativas que lhe são associadas surgem como os principais determinantes da diferenciação entre os sexos e, consequentemente, entre os géneros (idem).

2.2. Estereótipos e desigualdades de género

Os estereótipos de género são conjuntos de crenças partilhadas dentro de uma mesma cultura sobre os atributos considerados típicos de homens e mulheres. Estas crenças abrangem aspetos como características físicas, traços de personalidade, comportamentos associados aos papéis sociais, preferências profissionais, competências específicas e disposições emocionais (Oliveira, 2010).

As desigualdades sociais entre homens e mulheres são vistas como efeitos de uma violência estrutural e invisível, que promove desigualdades não apenas no acesso aos recursos,

mas também nas próprias condições de reconhecimento da existência das mulheres. Estas desigualdades são determinadas por normativas que valorizam o poder económico e político formal, criando um sistema em que as oportunidades são hierarquizadas e segmentadas em função do género (Pintassilgo & Mauritti, 2025).

Em quase todas as sociedades, verifica-se que os homens ocupam, com maior frequência, posições de liderança e recebem, em média, remunerações superiores às das mulheres. Além disso, os homens têm frequentemente mais facilidade de acesso a cargos técnicos e científicos de alto nível, mesmo sem possuírem as qualificações adequadas para o exercício dessas funções. Estas desigualdades de tratamento em termos de oportunidades impactam significativamente o quotidiano das mulheres e manifestam-se de forma sistémica. Embora vivamos atualmente em contextos sociais que enfatizam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, o mérito deveria ser o principal critério na distribuição dessas oportunidades, acompanhado das qualificações e competências (idem).

Demartes (2002) demonstra que, em todas as sociedades conhecidas, os papéis atribuídos aos seus membros são diferenciados de acordo com o sexo, sendo esperados comportamentos distintos e pressupostos específicos para cada um. Geralmente, espera-se que os homens sejam mais competitivos, impacientes e agressivos, assumindo o símbolo do sucesso exterior. Por outro lado, espera-se que as mulheres sejam mais obedientes, cooperativas, acomodadas e atentas ao outro, sentindo-se gratificadas pela consciência de terem realizado um bom trabalho.

A autora salienta ainda que as desigualdades sociais entre homens e mulheres estão enraizadas em todas as sociedades, onde às mulheres são negadas iguais oportunidades de acesso às recompensas sociais em comparação com os homens. Estas diferenças são frequentemente sustentadas por um estatuto de inferioridade considerado evidente e natural, sendo transmitido culturalmente e reforçado por estereótipos de género (idem).

A divisão sexual das tarefas constitui uma forma de divisão social resultante das relações sociais de sexo. As suas principais características incluem a atribuição prioritária dos homens à esfera produtiva como provedores e responsáveis pelo sustento familiar e das mulheres à esfera reprodutiva, geralmente associada ao espaço doméstico, ao cuidado dos filhos, da casa e dos outros, atividades legitimadas como virtudes femininas (Kergoat, 2003).

Esta organização social do trabalho assenta em dois princípios estruturantes: por um lado, o princípio da separação, que determina a existência de trabalhos considerados adequados aos homens e outros específicos às mulheres; por outro, o princípio da hierarquização, segundo

o qual o trabalho masculino é mais valorizado em detrimento do feminino. Estes princípios aplicam-se a todas as sociedades conhecidas, em diferentes épocas e contextos (idem).

Bourdieu (2010) afirma que, no âmbito da violência simbólica, é concedida aos homens, de forma universal, a objetividade das estruturas sociais, o que lhes permite apropriar-se das atividades produtivas. Essa apropriação está alicerçada numa divisão sexual do trabalho tanto na esfera da produção quanto na da reprodução biológica e social que atribui aos homens a parte mais valorizada dessas atividades.

2.3. Divisão sexual do trabalho e papéis familiares

A família, enquanto sistema social, estrutura-se historicamente com base nas diferenças sexuais para legitimar papéis distintos. Nas sociedades contemporâneas, observa-se que são os papéis de género que fundamentam a divisão desigual do trabalho familiar, refletindo uma persistente e significativa desigualdade. Esta divisão de tarefas é sustentada e perpetuada por teorias do século XIX, que defendem que os homens possuem maiores capacidades intelectuais, enquanto às mulheres são atribuídas qualidades emocionais superiores. Tais concepções continuam a influenciar as práticas familiares atuais, contribuindo para a manutenção de uma organização tradicional que favorece a desigualdade de género no seio familiar (Oliveira, 2010).

Bourdieu (2010) explica que o homem é situado no exterior da sociedade, desempenhando funções associadas ao oficial, ao público e ao direito, ações que representam rupturas no curso ordinário da vida. A mulher, por outro lado, é posicionada no interior da sociedade, sendo-lhe atribuídas tarefas domésticas, confinadas à esfera privada. Cabe-lhes, sobretudo, a gestão quotidiana da economia doméstica. Essa estruturação revela uma forma de dominação simbólica.

Mideiros e Campos (2020) demonstram que a divisão do trabalho baseada no género destinou às mulheres o campo da reprodução, enquanto aos homens foi reservado o campo da produção. Essa distinção estabelece assimetrias entre os sexos e contribui para a perpetuação das desigualdades nos papéis sociais.

Oliveira (2010) realça que, tendo em conta os diferentes papéis de género no contexto familiar, observa-se que à mulher é tradicionalmente atribuído o papel de cuidadora da casa e dos filhos, enquanto ao homem cabe o provimento das necessidades materiais da família, através do exercício de uma atividade profissional remunerada. O núcleo familiar tem como principal objetivo estruturar as relações sociais e organizar a vida dos indivíduos, de forma a

garantir o cumprimento das suas funções sociais, como a proteção, a socialização e a continuidade da espécie.

Emancipação feminina e organização social e familiar na Guiné-Bissau

3.1. O contexto e as regulamentações formais do papel da mulher na Guiné-Bissau

Para compreender a organização social, familiar e econômica no contexto guineense, importa levar em consideração as especificidades do país, tendo em conta a sua pluralidade étnica e religiosa (Moreira, 2017).

A Guiné-Bissau conta uma população de 2.311.452 habitantes, de acordo com os dados do último recenseamento geral da população (INE, 2025), sendo a religião predominante muçulmana (com 40-45% da população), seguida da cristã (com 5-10%) e da animista. O país conta também com uma grande pluralidade étnica. O grupo étnico mais numeroso é fula (com 28,5% da população total) seguido da etnia balanta (com 22,5%) e mandinga (14,7% da população total). Seguem-se os grupos papel, com 9,1% e manjaco, com 8,3% da população total, respetivamente. Outros grupos étnicos têm menor expressão numérica, representando, no conjunto, cerca de 16,9% da população total. Cada grupo tem a sua língua própria e o crioulo é o elo de ligação entre as diferentes etnias que compõem o mosaico cultural guineense (Fec 2017; INE, 2009 e 2025).

A República da Guiné-Bissau, no artigo 25.º da sua Constituição, garante que homens e mulheres são iguais perante a lei em todos os domínios da vida: político, económico, social e cultural. A Guiné-Bissau assinou e ratificou vários acordos com vista à melhoria das condições sociais das mulheres guineenses. Entre os acordos assinados e ratificados destacam-se os da Conferência de Pequim, que aborda os direitos das mulheres em todas as esferas da vida, e o Protocolo da CEDAW, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. A declaração final deste protocolo defende que os direitos das mulheres devem ser promovidos, protegidos e respeitados pelos Estados, de forma a garantir a igualdade de oportunidades cívicas e políticas (Sangreman, 2020, p. 121).

Mendes e Baldé (2015) demonstram que os sucessivos governos da República da Guiné-Bissau têm envidado esforços significativos para promover e melhorar as condições de vida e os direitos das mulheres. Entre as medidas destacam-se o combate à violência contra as mulheres, a abolição da mutilação genital feminina e a criação de organizações não

governamentais em defesa das mulheres e das crianças, como o Instituto da Mulher e da Criança, fundado em fevereiro de 2001. Esta plataforma tem como objetivo aumentar a participação das mulheres nas instâncias de tomada de decisão. Em 2008, foi criada a Plataforma Política das Mulheres, uma organização que atua junto dos partidos políticos para promover a participação feminina na política e nos espaços de decisão, tanto no seio dos partidos como nas instituições públicas.

Mendes e Baldé (2015) realçam ainda que, ao nível legislativo e judicial, foram adotadas algumas medidas importantes, nomeadamente a lei contra a prática da mutilação genital feminina e a lei contra a violência doméstica. Estes dois instrumentos legais são fundamentais para a proteção da integridade física das mulheres.

Na sociedade guineense, a maioria das vítimas de violência são mulheres de todas as idades, classes sociais, religiões, raças, etnias e condições físicas, entre outras. Este cenário resulta das condições estruturais das relações de poder entre os géneros. Nesse contexto, e em respeito pelo princípio da igualdade, é necessário destacar a situação de vulnerabilidade social das mulheres no seu respetivo contexto. É imprescindível adotar medidas que favoreçam uma verdadeira transformação das suas perspetivas futuras, criando sistemas adequados que lhes permitam libertar-se dos paradigmas masculinos de poder e dos padrões de vida historicamente determinados (Lei n.º 6/2014).

Neste sentido, o Estado da Guiné-Bissau estabeleceu a Lei contra a Violência Doméstica. No seu artigo 1.º, a lei determina o seguinte: “A presente lei tem como objeto a criminalização de todos os atos de violência praticados no âmbito das relações domésticas e familiares que não resultem em morte, estabelecendo o regime jurídico aplicável à prevenção, assistência e proteção legal devida às vítimas.”

Além disso, no artigo 2.º, ponto 1, estabelece-se que: “A presente lei aplica-se a todos os atos de violência doméstica ocorridos dentro do território nacional.”

O Estado da Guiné-Bissau criou ainda outro instrumento legislativo importante para a promoção da igualdade de direitos no país: a Lei n.º 4/2018, de 3 de dezembro de 2018, conhecida como Lei da Paridade. Esta legislação visa garantir a participação das mulheres na política e nas esferas de tomada de decisão.

Os esforços para promover a equidade de género na Guiné-Bissau também fazem parte da agenda de organizações não governamentais, como a ONU Mulheres, que defende uma política de inclusão das mulheres em todas as esferas da vida, tendo em conta que mais de metade da população guineense é feminina (Gomes & Monteiro, 2020).

Apesar desses esforços, tendo em conta os papéis e responsabilidades tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres, bem como a divisão social do trabalho e as relações de poder subjacentes, constata-se desigualdades significativas em termos de direitos e oportunidades entre os dois sexos. Estas desigualdades resultam em grandes disparidades em todos os níveis da sociedade, incluindo a alfabetização, a educação, as profissões e a participação nos processos de tomada de decisão.

Alguns indicadores sociais dão conta disso mesmo. Por exemplo, a percentagem de adultos entre os 15 e os 49 anos que sabem ler e escrever varia consoante o género: 33% das mulheres e 49% dos homens são alfabetizados. No que diz respeito ao acesso aos meios de comunicação, ou seja, ler um jornal, ouvir rádio ou ver televisão pelo menos uma vez por semana, observa-se que 20% dos homens e apenas 5% das mulheres têm acesso. Isto significa que 1 em cada 5 homens tem acesso aos meios de comunicação, em contraste com apenas 1 em cada 20 mulheres. Relativamente às tarefas domésticas, no contexto da recolha de água em locais sem acesso direto, verifica-se que 82% das recolhas são realizadas por mulheres com mais de 15 anos, 6% por raparigas menores de 15 anos, 4% por homens com mais de 15 anos, 1% por rapazes menores de 15 anos, e 8% por membros da família que não realizam a recolha de forma regular (MICS, 2018-2019).

Em consequência dessa desigualdade estrutural, a situação social, política e económica das mulheres continuam a deteriorar-se sistematicamente, devido à ausência de ações afirmativas eficazes que possam reduzir a distância que separa homens e mulheres, sobretudo no que diz respeito às esferas de tomada de decisão.

Para reverter este cenário negativo, é necessário adotar medidas imediatas, como a criação de uma lei da paridade que tenha como objetivo diminuir a distância que separa mulheres e homens nas esferas de decisão (Lei n.º 4/2018).

3.2. As mulheres nos contextos político e social da Guiné-Bissau

Embora a vida social na Guiné-Bissau seja formalmente orientada pelo sistema político e pelas instituições democráticas, quando se trata da igualdade de direitos e da participação política de todos os cidadãos, as questões étnicas e culturais influenciam fortemente as concepções de masculinidade e feminilidade, tendo em conta a identidade cultural dos indivíduos. As pertenças étnicas e religiosas moldam os indivíduos desde o nascimento. (Moreira, 2017).

As religiões e culturas influenciam fortemente a divisão sexual das tarefas, promovendo uma complementaridade entre os papéis masculino e feminino, em vez de igualdade. Esta

dinâmica varia consoante a religião e a etnia. No contexto islâmico, entre os fulas, mandingas e balanta manés, observa-se uma acentuada desigualdade, com práticas como o corte genital feminino (*fanadu di mindjer*), casamentos forçados e poligamia. As mulheres são frequentemente confinadas à esfera doméstica e relegadas aos níveis mais baixos da hierarquia social, onde a violência é muitas vezes normalizada (Morreira, 2017).

Nas etnias manjaca e pepel, de orientação animista, a organização social é dominada pelos homens, com cerimónias nas matas sagradas. Destaca-se o ritual *Mandjidura*, uma maldição invocada para punir quem desafia as normas sociais, reforçando o controlo patriarcal e limitando a autonomia das mulheres. Entre os balantas, mancanhas e felupes, também de matriz animista, há maior tolerância face às regras tradicionais, mas as mulheres continuam a ocupar posições secundárias na estrutura social (Relatório Voz di Paz: *Fala di Mindjer*).

Moreira (2017) demonstra que as relações de género na Guiné-Bissau são determinadas com base no sexo à nascença, sendo que os homens ocupam os lugares de decisão nas estruturas étnicas e beneficiam de privilégios a todos os níveis, tanto nos aspetos económicos como na partilha de heranças e no direito à posse de terras.

As religiões existentes na Guiné-Bissau reforçam a divisão sexual, funcionando os mundos masculino e feminino como esferas autónomas. Na religião islâmica, por exemplo, observam-se grandes desigualdades entre homens e mulheres. Assim, as mulheres são frequentemente remetidas para o espaço doméstico e para posições mais desfavorecidas na sociedade (Moreira, 2017).

Moreira (2017) esclarece ainda que o modelo patriarcal vigente nas comunidades étnicas, aliado às práticas socioculturais, dificulta a aplicação efetiva das convenções ratificadas pelo Estado da Guiné-Bissau, bem como a utilização dos instrumentos jurídicos nacionais que visam promover a igualdade e a equidade de género.

Barros (2014) afirma que a Guiné-Bissau é frequentemente caracterizada como um Estado marcado pela centralização do poder, pelo despotismo e por instituições frágeis. Apresenta uma gestão deficiente dos assuntos públicos e da segurança, um nível de desenvolvimento reduzido, pobreza generalizada e uma extrema fragilidade institucional. Por isso, têm sido recorrentes as tensões sociais e os antecedentes de conflitos, bem como várias ações subversivas que, muitas vezes, agravam a situação económica e comprometem a confiança a nível internacional.

Neste sentido, Gomes e Monteiro (2020) argumentam que, após a independência, a Guiné-Bissau enfrentou grandes dificuldades na estabilização e implementação de políticas públicas e de governação, especialmente no que diz respeito às políticas orientadas para a

organização das mulheres e da sociedade civil, nomeadamente as agendas relacionadas com a igualdade de género e a participação das mulheres em cargos de decisão política.

Ainda segundo Gomes e Monteiro (2020), persistem grandes desigualdades sociais, económicas e políticas entre homens e mulheres. As mulheres assumem múltiplas responsabilidades, como a produção agrícola, a alimentação, o cuidado dos filhos e o bem-estar da família e da comunidade. Isto ocorre apesar de a Constituição da República garantir a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Nesse sentido, as mulheres na Guiné-Bissau contribuem significativamente para o sustento das famílias e para o desenvolvimento das comunidades, através do trabalho individual ou coletivo, nomeadamente por meio das associações de mulheres. Contudo, a realidade social guineense não reconhece esse contributo de forma plena, reforçando-se, antes o patriarcado e perpetuando-se sistemas de discriminação das mulheres em relação aos homens. Apesar da existência de políticas de género que preveem a criação de oportunidades para que as mulheres ocupem cargos políticos de decisão, essas medidas não têm tido sucesso (Gomes & Monteiro, 2020).

Assim, esta é uma sociedade onde os papéis das mulheres são frequentemente relegados ou reconhecidos ao nível do espaço privado, como o papel de dona de casa, com responsabilidades centradas no cuidado dos filhos, do marido e de outros membros da família alargada. Por outro lado, aos homens é atribuído o papel de responsáveis económicos da família. Estas desigualdades começam a formar-se desde cedo, associadas ao fenómeno da baixa escolarização das mulheres, que enfrentam ainda duplas jornadas de trabalho, dentro e fora de casa. Estes são alguns dos fatores que impedem a sua participação igualitária em relação aos homens (Gomes & Monteiro, 2020).

Semedo e Barros (2012: 22) analisam a situação das mulheres na Guiné-Bissau, demonstrando que os aspetos culturais seculares penalizam as mulheres, obrigando-as à submissão, à aceitação de casamentos precoces e forçados, bem como à exclusão dos processos de escolarização e de tomada de decisão.

Os mesmos autores (Semedo & Barros, 2012: 23) destacam ainda que a fraca participação das mulheres nos espaços de decisão está relacionada com fatores históricos e culturais, com a escassez de oportunidades e com o elevado índice de analfabetismo. Acresce a ausência de políticas de desenvolvimento que promovam a participação equitativa entre homens e mulheres. Esta realidade contribui para a criação de estereótipos em torno da figura feminina, resultando na perda de autoestima e na falta de confiança, tanto individual como coletiva.

Ainda assim, apesar dos constrangimentos históricos, culturais e religiosos que limitam a participação plena das mulheres nos processos de decisão, as mulheres guineenses continuam a sustentar as suas famílias, a gerir as tarefas domésticas e, na ausência de emprego formal, a recorrer a atividades informais geradoras de rendimento, como forma de garantir o bem-estar familiar e cobrir despesas com a educação dos filhos (idem).

Os autores apoiam-se na perspectiva de Ernst Schade (2005) para demonstrar que, nas zonas rurais, as tarefas das mulheres se multiplicam, enquanto os benefícios são escassos. Embora representem mais de metade da população, as mulheres continuam a figurar nas posições mais baixas dos indicadores sociais, económicos e políticos. Nessas zonas, realizam trabalhos pesados como a extração, tratamento e transporte de sal, uma atividade exigente que implica percorrer quilómetros a pé. Além disso, dedicam-se à horticultura, ao transporte de água, ao cultivo da terra, à colheita e à venda nos mercados. Ao regressar a casa, ainda cozinham e cuidam dos filhos, do marido e de outros membros da família alargada.

As questões de género atravessam diversas esferas da sociedade e chegam também à escola, considerada um dos principais espaços de socialização e aquisição de conhecimento. No entanto, a escola tende a reproduzir desigualdades de género, legitimando papéis distintos para rapazes e raparigas. Estes aspetos são reforçados pelas instituições escolares na Guiné-Bissau, desde as expectativas dos professores em relação aos alunos, até aos materiais didáticos, que atribuem representações diferenciadas entre meninos e meninas (Semedo & Barros, 2012):

A mulher, por exemplo, é sempre vista como ser frágil, que nasceu para ser mãe, para proteger e dar amor. Desta forma, a função da mulher é, nesta visão, cuidar da família, e para isso a menina é educada desde pequena quando é incentivada a cuidar de suas bonecas como se fossem bebés, a fazer comidinha, a brincar de casinha, brincadeiras estas voltadas para o lar, ou seja, para a esfera privada. Por outro lado, os meninos são incentivados a brincar de carrinhos, jogar videogames, praticar desportos coletivos, como o futebol, por exemplo, enfim, brincadeiras que exigem a tomada de decisão, voltadas para a rua, isto é, para a esfera pública. (in Semedo & Barros 2012: 29)

Assim, um fator que influencia a divisão sexual das tarefas é a forma como os géneros são representados nos manuais escolares. Estes desempenham um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes e participativos, mas muitas vezes perpetuam estereótipos ou invisibilizam as mulheres. Enunciados e ilustrações tendem a retratar meninas como passivas e menos criativas, enquanto os meninos são apresentados como inteligentes e proativos. A ausência de imagens que desafiem papéis tradicionais, como meninas a brincar

com carrinhos ou meninos com bonecas reforçam normas sociais restritivas e limita o imaginário infantil (Semedo & Barros, 2012).

Relativamente à participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão na Guiné-Bissau, Sangreman (2020) observa que uma parte significativa das mulheres contribui para a manutenção das limitações impostas às meninas, ao educarem as filhas para aceitarem um papel secundário e obediente na sociedade. Nesse sentido, a Guiné-Bissau, enquanto sociedade patriarcal continua a privilegiar os homens no poder familiar, político, económico, social e religioso.

No entanto, os direitos das mulheres têm vindo a evoluir, impulsionados pela militância em associações femininas, pela melhoria da educação das raparigas, pelo acesso à informação internacional através das tecnologias de informação e pela participação em grupos como os de *mandjuandade*, que reúnem mulheres de diferentes idades para partilhar experiências de vida e receber formação de natureza económica, política, social e cívica. Estas associações estão a espalhar-se por todo o país (Sangreman, 2020, p. 127).

Cardoso e Fifice (2024), apoiando-se na perspetiva de Oyèwùmí, demonstram que as mulheres foram desapropriadas e relegadas para os escalões mais baixos da sociedade pelo poder patriarcal, através de um sistema de ensino igualmente patriarcal. Nesse sistema, as mulheres foram ensinadas a serem submissas, sendo excluídas das esferas públicas e dos espaços de poder. Assim, o seu estatuto social foi transformado de autónomo para subordinado, culminando na sua exclusão tanto do ponto de vista material como simbólico.

As autoras sublinham ainda que a exclusão das mulheres da esfera pública resulta da tradição patriarcal importada do sistema europeu aquando da criação dos Estados africanos. No período pré-colonial, homens e mulheres desempenhavam múltiplas funções e possuíam identidades diversas, não determinadas pelo sexo ou género, não sendo esse um requisito de limitação para a ocupação de cargos de elevada responsabilidade na sociedade.

Gomes e Monteiro (2020) demonstram que, no caso da Guiné-Bissau, durante a luta armada pela independência, as mulheres estiveram ao lado dos homens, prestando os apoios necessários com vista a um objetivo comum. Criaram organizações femininas que desempenharam um papel fundamental nas zonas libertadas, assumindo funções de destaque na organização das novas instituições. As mulheres participaram ativamente em todas as atividades desenvolvidas pelo partido durante a luta armada, incluindo ações políticas, sociais e culturais.

Gomes (2021) sublinha que a participação das mulheres na luta armada intensificou-se a partir do momento em que compreenderam que a libertação nacional não seria bem-sucedida

sem o envolvimento de todos os segmentos da sociedade. A construção da autoconsciência por parte das mulheres motivou um maior envolvimento e a procura de estratégias de participação, inclusive nas negociações. Esta tomada de consciência e o empenho das mulheres levou à criação, em 1961, da União Democrática das Mulheres (UDEMU), considerada o braço feminino do movimento de libertação. A UDEMU constituiu-se como um espaço de formação e desenvolvimento de ideias e políticas para o avanço das mulheres, respeitando os valores e princípios defendidos pelo PAIGC.

Entretanto, após a independência, as mulheres foram afastadas dos espaços de tomada de decisão, sendo vistas como seres frágeis e subordinadas. Poucas conseguiram ocupar lugares de destaque, ou seja, posições de decisão. A maioria continua a desempenhar funções de menor prestígio nas atividades formais, estando mais presente no setor informal, onde assumem, sobretudo, os papéis tradicionais de gestoras do lar e da família (Gomes & Monteiro, 2020).

A vida social na Guiné-Bissau é moldada pelo sistema político e pelas instituições democráticas, mas questões étnicas e culturais continuam a influenciar fortemente as concepções de masculinidade e feminilidade. A identidade cultural, religiosa e étnica de cada indivíduo determina, desde o nascimento, os papéis sociais que irá desempenhar. Esta realidade evidencia a complexidade de promover a igualdade numa sociedade rica em diversidade, mas ainda marcada por tradições que reforçam desigualdades de género (Moreira, 2017).

Sangreman (2020: 116–117) afirma que, em todas as sociedades, as mulheres sofreram pressões culturais de submissão e dependência, presentes em todas as religiões, filosofias e crenças animistas africanas. Estas tradições atribuem papéis distintos a homens e mulheres, os quais são, na maioria das vezes, aceites e interiorizados consciente ou inconscientemente por ambos os sexos. A evolução dos direitos das mulheres tem acompanhado o movimento de afirmação da liberdade e da igualdade, embora enfrente resistência por parte de homens com ideias estereotipadas, o que se reflete na fraca presença feminina nas esferas civil, política e económica.

Entre as estratégias de mudança, destaca-se a formação dos grupos de *mandjuandade* de mulheres, que reúnem pessoas de diferentes idades para partilhar experiências e fortalecer-se mutuamente. Estes espaços vão além da troca de vivências, proporcionando orientações em áreas cruciais como economia, política, cidadania e relações sociais. Este modelo de apoio e aprendizagem colectiva tem vindo a ganhar força, espalhando-se por todo o país e fomentando uma rede de solidariedade ativa entre mulheres de diferentes contextos (Sangreman, 2020).

Barros (2022) utiliza o conceito de “economia de vida” para descrever as práticas desenvolvidas pelas mulheres através de um sistema de quotização, que gera uma forma própria

de mutualismo e financiamento, permitindo-lhes desenvolver as suas atividades de forma informal. O autor realça ainda que é possível criar condições para que a economia responda melhor às necessidades reais das pessoas, em vez de se basear na especulação, integrando assim as economias informais nas formais e fortalecendo os investimentos familiares.

A literatura dá conta de como as dinâmicas de género na sociedade guineense, com especial enfoque na divisão sexual do trabalho, nas representações sociais e nas práticas institucionais, familiares, culturais e religiosas influenciam a posição da mulher e contribuem para a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres. Mas dá conta, também, de práticas disruptivas, quer a um nível coletivo e comunitário, quer a um nível associativo e legislativa, que promovem estratégias de emancipação feminina e contribuem para a promoção de recomendações para políticas públicas que promovam a igualdade de género, com base numa leitura crítica da informação disponível sobre a realidade em análise.

Tendo em conta os elementos identificados, torna-se pertinente delinear os objetivos desta investigação, que procuram aprofundar a compreensão das dinâmicas de género na sociedade guineense e identificar caminhos para a promoção da igualdade.

Objetivos e Metodologia

Partindo da análise das dinâmicas sociais e culturais que moldam as relações de género na Guiné-Bissau, esta investigação tem como propósito compreender os processos de emancipação feminina, no contexto dos modelos de organização social e familiar no país. Os objetivos específicos consistem em (1) descrever percursos de emancipação das mulheres, analisando transformações sociais, culturais e políticas que contribuíram para a sua autonomia. Pretende-se, ainda, (2) identificar perceções de homens e mulheres sobre as representações e práticas de género, explorando de que forma essas visões influenciam as dinâmicas familiares e sociais. Por fim, procura-se (3) aferir mudanças na distribuição das tarefas domésticas decorrentes da emancipação feminina, avaliando o impacto dessa evolução nos papéis tradicionalmente atribuídos no seio familiar.

Para alcançar os objetivos delineados, é essencial destacar que a abordagem qualitativa se revela mais adequada. O objeto de estudo envolve pessoas que agem com base nos seus valores, sentimentos e experiências, construindo relações únicas num ambiente dinâmico e em constante transformação. Neste contexto, os aspetos culturais, económicos, sociais e históricos são de difícil controlo e frequentemente desafiadores de interpretar, generalizar e reproduzir. É precisamente essa complexidade que torna a abordagem qualitativa imprescindível, permitindo uma análise profunda e rica, sintonizada com a realidade multifacetada dos sujeitos em estudo (Guerra, 2014).

Além disso, a abordagem qualitativa permite aprofundar o estudo dos fenómenos, sejam eles ações de indivíduos, grupos ou organizações nos seus ambientes ou contextos sociais. Esta metodologia possibilita interpretar tais fenómenos a partir da perspetiva dos próprios sujeitos envolvidos, valorizando as suas experiências e perceções únicas (Guerra, 2014).

A metodologia qualitativa mergulha nas camadas mais profundas da experiência humana, explorando e interpretando a complexidade dos comportamentos de forma rica e detalhada. Esta abordagem vai além dos números, oferecendo um olhar minucioso sobre investigações, hábitos e tendências que moldam as interações numa sociedade específica. Trata-se de uma metodologia orientada para compreender uma realidade que não pode ser medida, mas que pode ser narrada e descrita na sua total profundidade (Lakatos, 2007).

4.1. Técnicas de Recolha de Dados

A entrevista semiestruturada, utilizada como técnica principal no trabalho de campo, proporciona uma rica oportunidade de diálogo presencial. Por meio dela, é possível aceder ao universo pessoal dos participantes e obter uma compreensão profunda das suas crenças, atitudes e motivações. Este método destaca-se por permitir a exploração detalhada das interações entre os diversos atores sociais e os contextos específicos em que estão inseridos, revelando nuances que dificilmente seriam captadas por outras abordagens (Guerra, 2014).

Guerra (2014) salienta ainda que, embora a entrevista semiestruturada possa incluir perguntas fechadas, o seu verdadeiro potencial reside nas perguntas abertas. Este formato oferece ao entrevistado a liberdade de se expressar de forma espontânea e genuína sobre o tema em questão, permitindo uma exploração aprofundada das suas perspetivas e opiniões. Assim, esta abordagem revela camadas de compreensão que enriquecem a análise do tema proposto.

A entrevista semiestruturada é conduzida com base num guião elaborado pelo investigador. Este guião facilita a sequência das questões, garantindo que os pressupostos da investigação sejam abordados ao longo da conversa. Além disso, esta abordagem contribui para uma compreensão mais profunda do mundo e da vida do entrevistado, permitindo uma análise detalhada de uma realidade social específica (Batista et al., 2004).

Dessa forma, a entrevista semiestruturada oferece ao investigador a flexibilidade de conduzir cada situação na direção que considerar mais adequada. Esta abordagem permite uma exploração mais ampla da questão, proporcionando uma compreensão mais profunda do tema em análise (Marconi & Lakatos, 2007).

4.2. Consentimento Informado

O respeito é o pilar central da investigação. Isso implica definir parâmetros claros para evitar situações que possam gerar desconforto ou constrangimento, promovendo um ambiente que valorize a dignidade e o bem-estar de cada indivíduo (Freitas & Silveira, 2008).

Nesse sentido, a transparência e a consideração das normas académicas são alicerces indispensáveis no âmbito da pesquisa científica. Para tal, é crucial assegurar o princípio da autonomia através da obtenção do consentimento informado, garantindo que os participantes compreendam plenamente os objetivos da investigação. Este processo representa um dos pilares éticos mais importantes, visando preservar a integridade dos participantes e assegurar a confidencialidade das informações fornecidas, promovendo assim um ambiente de confiança e responsabilidade ao longo das entrevistas (Freitas & Silveira, 2008).

4.3. Notas de Campo

O processo de recrutamento dos entrevistados considerou os seguintes critérios: foram selecionadas pessoas em idade ativa e inseridas no mercado de trabalho. No contexto da Guiné-Bissau, considera-se economicamente ativa a população composta por indivíduos entre os 15 e os 60 anos, que, no período de referência, constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços no circuito económico (INE, 2023).

Para além do critério etário, foram consideradas pessoas casadas, com experiência de trabalho fora de casa, que conciliam essa atividade com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. É importante esclarecer que, nas características sociodemográficas dos entrevistados (ver quadro 1), a categoria “casado/a tradicionalmente” refere-se a um tipo de união praticada entre as diferentes etnias da Guiné-Bissau. Neste modelo, os familiares dos noivos reconhecem e entregam os seus filhos para a formação de um novo lar, sem necessidade de formalização através do tribunal ou da igreja. As cerimónias são realizadas de acordo com os rituais tradicionais, baseando-se nos usos e costumes herdados dos antepassados.

Nas famílias selecionadas, as entrevistas foram conduzidas separadamente, aplicando as mesmas perguntas ao homem e à mulher, de forma individual. Esta estratégia permitiu identificar como cada um gere o seu tempo entre o trabalho externo e as responsabilidades domésticas, além de possibilitar a deteção de possíveis contradições nas respostas entre os dois elementos do casal.

No conjunto, foram entrevistadas 14 pessoas, 7 homens e 7 mulheres, correspondendo a 7 casais, cuja caracterização sociodemográfica se apresenta no quadro 1.

No processo de recrutamento, contou-se com o apoio do responsável pela biblioteca da escola católica do bairro de São Paulo, que auxiliou significativamente no contacto com os potenciais entrevistados, fornecendo os seus números de telefone. Assim, foi possível agendar as entrevistas.

Em Bolama, contou-se com o apoio de um amigo que, após conversas prévias com algumas pessoas, facilitou o contacto com os entrevistados. Graças a essa colaboração, foi possível marcar e realizar as entrevistas.

Quanto às dificuldades de acesso aos entrevistados, encontrar famílias em que tanto o homem como a mulher trabalhem fora de casa na Guiné-Bissau revelou-se um desafio. Por isso, optou-se por realizar entrevistas em diferentes bairros da capital, Bissau, bem como em alguns bairros da região de Bolama. Como as entrevistas foram conduzidas separadamente, muitas vezes o homem foi entrevistado primeiro, sendo necessário aguardar algumas horas para

entrevistar a mulher. Um exemplo ocorreu em Bolama, onde o marido trabalha como técnico de eletrodomésticos e a esposa é cozinheira na missão católica. A entrevista com o homem foi realizada de manhã, e foi necessário esperar até às 17h, quando a esposa saiu do trabalho, para entrevistá-la.

Houve casos em que a entrevista com a esposa só foi possível dias depois. No bairro de Plack-II, por exemplo, após entrevistar o marido, verificou-se que a mulher não estava em casa. Situação semelhante ocorreu no bairro de São Paulo, onde a esposa estava ocupada a preparar peixe para venda no dia seguinte, não tendo disponibilidade para a entrevista.

As entrevistas foram sempre realizadas nas casas dos entrevistados. Antes de iniciar, foi-lhes explicada a finalidade da entrevista e do estudo, bem como a importância de escolher um local sem interferências, garantindo a qualidade da gravação, dado tratar-se de um trabalho acadêmico. No entanto, ocorreram interrupções involuntárias que tornaram o processo mais desafiante.

Para obter melhores resultados, optou-se por utilizar a língua crioula, permitindo que os entrevistados se sentissem mais à vontade e livres para responder com profundidade. Sendo o crioulo a língua do quotidiano na Guiné-Bissau, amplamente dominada pela população, facilita a expressão das ideias sem receios ou barreiras linguísticas.

O guião da entrevista (apresentado em anexo) está alinhado com os objetivos da pesquisa, permitindo uma exploração aprofundada dos aspetos relacionados com a conciliação entre o trabalho fora de casa e as atividades domésticas. Além disso, aborda as práticas desempenhadas por cada indivíduo tanto no ambiente profissional como no lar. No entanto, ao longo das entrevistas, foi identificada a ausência de uma questão sobre a ocupação de espaços na tomada de decisão dentro da família, na sociedade e na vida em geral, o que poderia enriquecer ainda mais a análise.

No quadro seguinte (Quadro 1), são apresentados os/as entrevistados/as, identificados/as pela pertença a cada casal, de acordo com as características sociodemográficas individuais.

Quadro 1. Caracterização sociodemográfica dos entrevistados

Casal	Sexo	Idade	Estado civil	Local de residência	Nº dos filhos	Dimensão do agregado familiar	Profissão
1	H-1	45	Casado trad.	São Paulo	3	7	Prof./ Adminis.
	M-1	48	Casada trad.	São paulo	3	7	Vendedora
2	H-2	40	Casado trad.	São Paulo	4	4	Médico C. Geral
	M-2	32	Casada trad.	São Paulo	1	4	Professora
3	H-3	45	Casado	Aeroporto	5	15-18	Administrador/Prof
	M-3	42	Casada	Aeroporto	5	18	Enfermeira
4	H-4	40	Casado	São Paulo	2	5	Professor
	M-4	40	Casada	São Paulo	3	5	Professora
5	H-5	38	Casado trad.	Castelo/Bol.	4	6	Prof./ Jornalista
	M-5	37	Casada trad.	Castelo/Bol.	1	5	Professora
6	H-6	53	Casado trad.	Assomada/	8	9	Electricista
	M-6	45	Casada trad.	Bolama	5	5-9	Cozinheira
7	H-7	48	Casado trad.	Tchon de	3	5	Segurança/Estado
	M-7	37	Casada trad.	pepel/ Varela	2	5	SegurançaEstado

Análise e discussão de resultados

5.1. Representações sobre papéis do gênero

Relativamente às representações sobre papéis de gênero, os dados revelam uma tendência marcante de supremacia masculina no seio familiar. O modelo tradicional atribui ao homem o papel de figura central e dominante, sendo frequentemente considerado o mais forte e o protagonista das dinâmicas familiares. A maioria dos entrevistados reforça esta visão, defendendo que o homem deve assumir o papel de provedor, encarregando-se de todas as despesas e responsabilidades da família.

Neste contexto, a mulher é posicionada num papel secundário, vista como complemento ao homem, muitas vezes associada à submissão e à dependência. A análise evidencia, assim, uma estrutura de dominação masculina sustentada por uma violência simbólica subtil, mas persistente. Esta violência manifesta-se na naturalização da ideia de que o homem é, por definição, o chefe da família, cabendo-lhe liderar em todos os aspetos, enquanto à mulher resta apenas a função de apoio. Tal padrão é reiterado nos excertos que se seguem, onde se comprova que, para a maioria dos entrevistados, a autoridade masculina é não só esperada como considerada indispensável à organização familiar:

“O homem deve ser mais forte em relação à mulher e lutar pela família, mas, caso isso não aconteça, a mulher pode ajudar.” (casal – 1 Mulher)

O homem sempre foi considerado o chefe da família. Embora minha esposa trabalhe, sou eu quem cuida de tudo. Tenho um rendimento superior ao dela, e, como marido, considero que é meu dever assumir todas as responsabilidades. Faço tudo o que está ao meu alcance—desde o arrendamento à alimentação, passando pela saúde e educação das crianças. Sou responsável por tudo. (casal – 2 Homem)

Em relação as diferenças isso é muito simples, como se diz o homem sempre é provedor da família então a mulher tem de submeter sempre ao marido para que possam viver aqueles papéis mesmos, que a sociedade exige de respeitar o marido e o marido por sua vez tem de te respeitar também. (casal – 4 Mulher)

Do meu ponto de vista, sempre há diferenças entre o homem e a mulher. Principalmente na nossa cultura guineense, o homem é considerado o chefe da família. No entanto, isso não diminui o valor da mulher, pois ela também desempenha um papel essencial ao complementar à família. Quanto às decisões, a última palavra deve ser do homem, embora existam situações em que o consenso entre ambas às partes seja necessário. (casal – 4 Homem).

“No meu ponto de vista, existe sim, uma diferença. Quer queira, quer não, o homem deve ser aquele que demonstra mais iniciativa e vontade de proteger o lar, garantindo que nada falte à família.” (casal – 3 Homem).

Em relação aos papéis, há, de fato, diferenças, embora não sejam tão significativas no mundo em que vivemos hoje. Sempre existirá uma distinção entre homens e mulheres, seja em atividades que um consegue realizar e o outro não, ou em questões fisiológicas. (casal – 7 Homem)

No meu ponto de vista, a diferença entre o homem e a mulher na família sempre existirá, pois não devem ser iguais. Diz-se que o responsável pela família é o homem, o que implica diferenças entre os papéis de cada um. (casal – 7 Mulher)

Embora o padrão das entrevistas aponte para certa dominação masculina no seio familiar, também emergem vozes que desafiam essa lógica tradicional. Há casos que revelam uma visão mais igualitária entre os sexos, onde se reconhece que tudo aquilo que o homem é capaz de fazer, a mulher também consegue realizar desde que exista compreensão e diálogo no seio dos casais. Essas perspectivas alternativas defendem que os papéis tradicionais de gênero devem ser desconstruídos, permitindo que homens e mulheres partilhem responsabilidades e protagonismo de forma equitativa. A proposta é clara: eliminar barreiras impostas pela tradição e abrir espaço para uma convivência baseada na igualdade, onde os papéis não são definidos pelo gênero, mas pela capacidade, vontade e respeito mútuo:

Na realidade, quando falamos em igualdade de gênero o chamado 50/50 isso significa que somos iguais, sendo a única diferença o sexo. Existem atividades tradicionalmente associadas aos homens, mas que também são realizadas por mulheres, mostrando que a capacidade não depende do gênero, e sim das habilidades individuais. (casal – 1 Homem)

“Na minha visão, a igualdade deveria prevalecer tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, na nossa sociedade isso nem sempre se verifica.” (casal – 3 Mulher)

“Os papéis dentro do casamento dependem da compreensão entre os casais. Atualmente, já garantimos o direito à igualdade, e os papéis do homem e da mulher são, em grande parte, idênticos”. (casal – 6 Homem)

5.2. Divisão sexual do trabalho: representações

No que diz respeito à divisão do trabalho, a maioria das entrevistas revela uma separação nítida entre os papéis atribuídos a homens e mulheres. As mulheres são frequentemente vistas como frágeis, incapazes de realizar trabalhos fisicamente exigentes, por não possuírem, segundo os entrevistados, a mesma força ou resistência que os homens. Essa percepção reforça estereótipos

profundamente enraizados na cultura guineense, onde os trabalhos domésticos são considerados impróprios para os homens e deixados exclusivamente às mulheres.

Para grande parte dos entrevistados, há uma clara distinção entre “trabalhos de homem” geralmente associados ao esforço físico — e “trabalhos de mulher”, centrados nas tarefas domésticas. Essa divisão não apenas perpetua desigualdades, como também limita a possibilidade de uma partilha justa e colaborativa das responsabilidades familiares:

Para mim, existem trabalhos mais apropriados para homens e outros para mulheres, apesar da igualdade de direitos que se defende ou se pretende alcançar entre ambos. Um exemplo é o trabalho em obras: embora existam exceções em que encontramos mulheres nesse setor, o mais conveniente seria que elas não realizassem trabalhos pesados, que estão mais alinhados com as capacidades físicas dos homens. (casal – 1 Homem)

A diferença entre o homem e a mulher no trabalho, especialmente no trabalho doméstico, é percebida de maneira distinta na nossa cultura guineense. Há certas tarefas que, tradicionalmente, não são consideradas adequadas para o homem, como limpar, lavar a loiça, cuidar das crianças e lavar as roupas. Essas são algumas das diferenças que constatei em relação à divisão de trabalho entre homens e mulheres. (casal – 4 Homem)

“Os papéis assumidos na família variam, especialmente quando se trata de tarefas fisicamente exigentes, como o cultivo da terra, o trabalho no mato, a lavoura e a capina. Muitas vezes, a forma física das mulheres não permite que realizem esses trabalhos.” (casal – 5 Homem).

“Para mim, os trabalhos devem ser iguais tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, o que se verifica é que, dentro de casa, as responsabilidades domésticas são atribuídas às mulheres, enquanto a responsabilidade financeira recai sobre os homens.” (casal – 5 Mulher)

Embora a maioria das entrevistas aponte que existem trabalhos considerados mais apropriados para homens e outros para mulheres, há casos que contradizem essa prática, evidenciando um sentido de igualdade nas atividades exercidas por ambos os sexos, como se pode verificar nos excertos a seguir:

Vejo que não há diferença, pois tudo o que os homens fazem, nós, mulheres, também fazemos. Hoje, somos ainda mais esforçadas em relação aos homens, pois nos preocupamos com as crianças verificamos se vão à escola, se estão alimentadas e garantimos que tenham o necessário para comer. (casal – 6 Mulher)

No ambiente de trabalho, não deve existir diferença entre homens e mulheres; o que realmente importa são as habilidades e competências de cada indivíduo, pois todos têm seu próprio dom. Se uma mulher tem talento em áreas como engenharia mecânica, devemos aceitar isso naturalmente, porque ela tem capacidade de pensar e resolver problemas como qualquer outro profissional. (casal – 5 Homem)

“A diferença em relação aos trabalhos existia no passado, mas hoje não mais, pois vemos as mulheres se esforçando para alcançar a igualdade com os homens no desempenho de suas funções.” (casal – 7 Homem)

No que diz respeito ao trabalho, não vejo tanta diferença assim, a não ser quando a mulher é analfabeta. Nesse caso, ela fica em casa apenas com os trabalhos domésticos, enquanto o homem pode ser professor. Mas, no geral, acho que não existem tantas diferenças. (casal – 4 Mulher)

5.3. Conciliação do espaço público versus privado

No que diz respeito à conciliação entre o espaço público e o privado, a maioria das entrevistas aponta para uma predominância masculina nos espaços públicos, sobretudo nos locais de tomada de decisão, onde os homens ocupam frequentemente posições de destaque e altos cargos de representação na sociedade. As entrevistas demonstram que, na sociedade guineense, existe uma certa dominação simbólica por parte dos homens, enquanto as mulheres permanecem mais vinculadas ao espaço privado.

Essa realidade está associada a fatores educacionais e à desconfiança em relação à presença feminina em determinadas profissões, o que acaba por favorecer os homens em detrimento das mulheres. Embora existam casos em que se reivindica a igualdade, para alguns entrevistados essa exigência permanece no plano teórico, pois, na prática, muitas mulheres acabam por recuar como se pode verificar nos excertos a seguir.

(...) Quando se trata de destaque ou ocupação de altos cargos, a diferença ainda é significativa. Os homens continuam a ocupar posições importantes com uma grande disparidade em relação às mulheres, especialmente na sociedade guineense, onde essa diferença é bastante evidente. (casal – 7 Homem)

Na vida social, há diferenças, pois, na sociedade, existem papéis que o homem pode desempenhar e a mulher não consegue, assim como há funções que a mulher pode exercer e o homem não. Essa é a regra. Existem certas limitações para o que cada um pode fazer, e, por isso, a mulher não pode ser igual ao homem. (casal – 7 Mulher)

“Na sociedade guineense, o homem sempre tenta demonstrar sua superioridade em relação às mulheres. Já nas sociedades modernas, penso que essa diferença não existe.” (casal – 4 Mulher)

“Na sociedade atual, nós, mulheres, reivindicamos a igualdade, o chamado 50-50, mas ainda há áreas em que ficamos para trás. Sobretudo quando se trata de trabalhos mais pesados, tendemos a afirmar que são responsabilidades dos homens.” (casal – 2 Mulher)

Na Guiné-Bissau, a nível social, existe uma grande discriminação na atribuição dos papéis profissionais. Quando uma mulher busca emprego, mesmo que tenha formação na área, muitas

vezes é observada de maneira estranha, pois as pessoas não estão habituadas a vê-las em determinados setores. (casal – 3 Homem)

Mesmo na sociedade, essa diferença não deveria existir, pois as mulheres têm plena capacidade de pensar como os homens, tomar decisões e exercer liderança da mesma forma. O único fator que pode limitar algumas mulheres é a falta de uma base educacional sólida. (casal – 3 Mulher)

Em termos de escolaridade, existe uma diferença que me fez lembrar que, na sala de aula, há raparigas que se esforçam muito nos estudos. No entanto, nunca estiveram acima dos rapazes. Não é que não se esforçam, dediquem-se bastante, mas não apresentam o mesmo desempenho que os homens. Posso dar o exemplo de uma colega muito dinâmica, que apesar de todo o seu empenho, não consegue atingir o nosso nível. (casal – 1 Homem)

Os homens predominam nos altos escalões e ocupam os principais cargos de tomada de decisão. No entanto, recentemente têm surgido situações em que as mulheres participam em grande número e assumem diferentes funções. Se, por exemplo, houver 10 cargos e 3 forem ocupados por mulheres, isso já representa um avanço significativo, embora os homens ainda ocupem a maioria das posições. (casal – 5 Mulher)

“Na sociedade não deve existir a diferença, por questões da equidade do género, no mundo contemporâneo e no século XXI, não deve existir diferenças, o homem é o parceiro da mulher e vice-versa.” (casal – 2 Homem)

“Na vida social, a diferença não é tão visível, pois todo trabalho que um homem consegue realizar, uma mulher também consegue, desde que tenha a oportunidade. Nesse aspecto, não há distinção somos iguais.” (casal – 4 Homem)

5.4. Educação dos filhos

A análise sobre os padrões de educação dos filhos revela uma tendência crescente rumo à igualdade de oportunidades, independentemente do género. Hoje, defende-se que todos os filhos devem ter acesso às mesmas condições educacionais, sem qualquer tipo de distinção. No entanto, persistem representações familiares que refletem desigualdades entre homens e mulheres, mantendo o homem como figura central e chefe da família.

Historicamente, a educação dos filhos era marcada por diferenças significativas, muitas vezes baseadas em papéis de género rígidos. Os meninos eram preparados para liderar, enquanto as meninas eram orientadas para cuidar. Contudo, observam-se sinais claros de transformação, com famílias a adotarem práticas mais equitativas e a desafiarem os modelos tradicionais. A igualdade na educação dos filhos está a deixar de ser uma aspiração distante para se tornar uma realidade cada vez mais presente.

“Em relação aos filhos, não faço distinção nas tarefas domésticas. Digo ao meu filho, que é mais novo, que tudo o que a sua irmã sabe fazer, ele também deve saber.” (casal – 7 Mulher)

“Em relação aos filhos, não faço distinção de tarefas, pois o que pode ser trabalho de uma menina também pode ser realizado por um menino. O que uma menina consegue fazer em casa, um menino também pode realizar.” (casal – 4 Homem)

Os meus filhos não têm atividades diferentes, pois, na nossa casa, todos colaboram. Neste espaço onde estamos, quem cuida da limpeza é um dos meus filhos, Elirenço, mas todos participam na organização do lar—limpam a casa, lavam a louça e preparam a comida. (casal – 3 Homem)

“Às vezes, tenho divergências com o meu marido sobre a divisão das tarefas, mas não aceito desigualdade. Cada um tem sua responsabilidade a cumprir dentro de casa.” (casal – 3 Mulher)

“Em relação às atividades das crianças, independentemente do género, não deve haver diferenças. Fui educado num ambiente onde rapazes e raparigas realizavam as mesmas tarefas domésticas.” (casal – 5 Mulher)

5.5. Práticas sobre papéis de género e divisão sexual do trabalho

As práticas relacionadas aos papéis de género e à divisão sexual do trabalho revelam um padrão recorrente nas entrevistas: os trabalhos domésticos continuam a ser atribuídos maioritariamente às mulheres, mesmo quando estas exercem uma atividade profissional fora de casa. Na maioria dos relatos, os indicadores apontam que cuidar da casa, especialmente da cozinha, é visto como uma responsabilidade feminina, em detrimento do homem. A participação masculina ocorre apenas em certos aspetos, e geralmente quando não há outras obrigações a cumprir. Para a mulher, por outro lado, essa função parece ser encarada como algo natural, quase obrigatório, independentemente de também ter um emprego. Assim, uma das partes acaba prejudicada, sendo obrigada a enfrentar uma dupla jornada de trabalho. Como se demonstra nos excertos a seguir:

“Em casa, muitas vezes ajudo na limpeza, na coleta de água e na rega das plantas. Porém, nesses últimos dias, estou sem tempo, então não consegui regá-las. Também colaboro nas compras.” (casal – 2 Homem)

“Em relação às práticas em casa, ao chegar do trabalho como professora, minha primeira prioridade é cuidar do meu bebê—dar banho, alimentá-lo e colocá-lo para dormir. Se minha empregada doméstica não conseguiu preparar o almoço, eu mesma o faço.” (casal – 2 Mulher)

“Em casa, realizo tarefas domésticas e, em alguns dias, limpo a casa logo de manhã. No entanto, não sou daquelas mulheres que cozinham todos os dias, pois trabalho fora de casa e ainda tenho outro serviço complementar.” (casal – 3 Mulher)

Nos primeiros momentos após o casamento, faltava-me um pouco de maturidade, pois acreditava que todas as tarefas domésticas eram responsabilidade da mulher. No entanto, com o tempo, percebi que, ao chegar em casa e ver que as coisas não estavam como deveriam, era importante ajudar. (casal – 3 Homem)

Na prática, em casa, ajudo com algumas tarefas. Depois de cada refeição, lavo a loiça, principalmente o prato em que comi. Cuido da criança, dou-lhe banho, troco-lhe a roupa e, mesmo quando minha esposa está presente, procuro ajudá-la, considerando que ela tem outras responsabilidades. (casal – 4 Homem)

“Em relação às práticas, acordo às 06h30 da manhã, preparo o almoço e deixo em casa. Em seguida, vou para o serviço e volto às 12h30, continuando a cuidar do meu filho.” (casal – 4 Mulher)

“Em relação às tarefas do dia a dia, dou meu apoio na medida do possível, especialmente na busca por água para o consumo.” (casal – 5 Homem)

Em casa, preparo o almoço, lavo a louça e limpo a casa de vez em quando. Minha filha já é crescida e me ajuda, assim como a menina de quem sou responsável. No entanto, atualmente passo mais tempo cozinhando do que realizando outras tarefas domésticas. (casal – 7 Mulher)

Em casa, cuido da limpeza e, quando minha esposa está trabalhando e demora a voltar, preparo as refeições, recolho água para o consumo e lavo minhas roupas, caso ela esteja ocupada com outras tarefas. Dessa forma, contribuo para o equilíbrio e bem-estar do nosso lar. (casal – 6 Homem)

5.6. Diferenças e contradições no seio dos casais

Relativamente às diferenças e contradições nas representações e práticas entre o marido e a mulher dentro do mesmo casal, importa salientar que existem situações em que essas visões entram em conflito. Por exemplo, observam-se casos em que o homem defende distinções claras entre os papéis de género na família e na divisão social do trabalho, enquanto a mulher acredita que a igualdade deve prevalecer em todos os aspetos da vida conjugal e familiar.

Apesar da figura masculina como provedor continuar a ser predominante entre os entrevistados, há mulheres que demonstram vontade e determinação para transformar essa visão em prática, lutando para que a igualdade se torne uma realidade concreta e não apenas uma teoria. Elas assumem o compromisso de enfrentar os desafios que essa mudança implica, como se pode verificar nos seguintes excertos:

O homem sempre foi considerado o chefe da família. (...) Sou eu quem cuida e, como marido, considero que é meu dever assumir todas as responsabilidades. Faço tudo o que está ao meu

alcance, desde o arrendamento à alimentação, passando pela saúde e educação das crianças. Sou responsável por tudo. (casal – 2 Homem)

Na sociedade atual, nós, mulheres, reivindicamos a igualdade, o chamado 50-50, mas ainda há áreas em que ficamos para trás. Sobretudo quando se trata de trabalhos mais pesados, tendemos a afirmar que são responsabilidades dos homens. No entanto, em questões de oralidade e outros aspetos, defendemos que temos os mesmos direitos. Essa divisão acaba por criar uma barreira, onde certas tarefas são consideradas exclusivamente masculinas, enquanto outras são vistas como pertencentes às mulheres. (...) Quando os homens se destacam ou assumem certas posições, é importante que haja mulheres dispostas a disputar e competir com eles. Isso não apenas facilita, mas também contribui para a organização e evolução da sociedade. Se continuarmos a aceitar essa divisão rígida, onde algumas funções são exclusivamente masculinas e outras femininas, o progresso será limitado. (casal – 2 Mulher)

Estes testemunhos ilustram as tensões entre práticas tradicionais e aspirações igualitárias, revelando que, embora persistam representações conservadoras, há também uma crescente consciência e mobilização feminina em prol da transformação social.

5.7. Diferenças entre representações e práticas

Em relação às diferenças entre as representações e práticas que se aplicam no dia a dia, especialmente no que se refere à educação dos filhos, observa-se que essas representações influenciam de forma subtil a prática de género. Quando as representações estão alinhadas com a divisão sexual do trabalho dentro da família onde as mulheres são frequentemente relegadas às tarefas domésticas mesmo que os pais idealizem uma divisão equitativa do trabalho entre filhos de diferentes sexos, a aprendizagem oculta, baseada nas práticas quotidianas dos próprios pais, acaba por influenciar a educação dos filhos.

Há também casos em que as mulheres reivindicam igualdade nas representações, mas, diante de práticas mais exigentes, acabam por recuar, deixando o campo de atuação para os homens. Isso gera uma segregação prática que, embora subtil, tem impacto direto na forma como os filhos são educados e percebem os papéis de género:

(...) A divisão sexual do trabalho acaba por criar uma barreira, onde certas tarefas são consideradas exclusivamente masculinas, enquanto outras são vistas como pertencentes às mulheres. Não devemos aceitar essa limitação. Como mulheres e jovens, é essencial buscarmos o melhor para nós mesmas e para o futuro das nossas crianças. (casal – 2 Mulher).

Há sempre um constante embate, especialmente por parte das mães, que lutam para que os seus filhos tenham oportunidades iguais. Muitas vezes, o pai não colabora nesse sentido. Este é um dos aspetos em que o comportamento machista se manifesta, pois, quando a mãe tenta impor

uma distribuição equitativa das tarefas para todos os filhos, o pai não aceita. (...) Quando se defende que os meninos devem realizar as mesmas tarefas que as meninas, muitos homens consideram que as responsabilidades domésticas deveriam ser exclusivas das meninas. (Casal – 3 Mulher).

5.8. Influência da escolaridade/profissão e local de residência nas tendências encontradas

No que diz respeito à influência da escolaridade, profissão e local de residência, embora os locais mencionados sejam sobretudo zonas urbanas como Bissau e Bolama, as entrevistas revelam tendências distintas nas representações sociais de género.

Entre os residentes de Bissau com níveis de escolaridade mais elevados, observa-se uma prevalência da ideia de que o homem deve ser o chefe e principal responsável pela família. No entanto, há exceções: alguns entrevistados com o mesmo grau de escolaridade defendem a igualdade de género, promovendo uma divisão mais equitativa das tarefas domésticas. Ainda assim, a maior parte dessas tarefas continua a ser realizada pelas mulheres, mesmo quando estas têm empregos fora de casa. O auxílio dos homens ocorre de forma pontual, dependendo da disponibilidade de tempo, sendo que, em geral, atribuem maior importância às atividades fora do lar. Estes entrevistados pertencem a diferentes bairros da capital, Bissau.

Já entre as famílias com menor nível de escolaridade em Bissau, as representações sociais continuam a reforçar a ideia tradicional de que o homem deve ocupar o papel de chefe e provedor da família.

Relativamente à educação dos filhos, os entrevistados defendem que, embora devam existir diferenças respeitadas, todos devem ter oportunidades iguais, independentemente do sexo. Além disso, promovem uma educação baseada na equidade e na partilha de responsabilidades, onde todos devem executar as mesmas tarefas.

Em Bolama, as tendências observadas nas entrevistas indicam uma maior valorização da igualdade de género. Os entrevistados reconhecem, contudo, que existem trabalhos fisicamente exigentes que, por vezes, as mulheres não conseguem executar plenamente. No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, sobretudo nas tarefas domésticas, verifica-se que a mulher continua a assumir a maior parte das responsabilidades, embora conte com o auxílio do homem em algumas atividades complementares. Quanto à educação dos filhos, os entrevistados defendem que a igualdade deve prevalecer em todos os aspetos.

5.9. Discussão dos resultados

As entrevistas permitiram identificar tendências nas representações sociais e nos papéis de género, revelando uma estrutura familiar em que o homem ocupa uma posição de destaque. Ele é percebido como figura central e responsável, assumindo a maior parte das despesas e desempenhando o papel de provedor. Em contrapartida, a mulher é colocada num papel secundário, exercendo funções complementares, frequentemente associadas à submissão e à dependência. Essa divisão tradicional atribui ao homem o papel de chefe da família, com autoridade para conduzir todas as iniciativas, enquanto à mulher cabe apenas a função de apoio. Ainda assim, alguns entrevistados manifestam o desejo de alcançar a igualdade entre os sexos.

Essa realidade vai ao encontro do que diversos autores apontam sobre o contexto guineense, nomeadamente no que diz respeito à dominação masculina e simbólica. Trata-se de uma sociedade em que os papéis atribuídos às mulheres são frequentemente relegados ao espaço privado, como o de dona de casa, com responsabilidades centradas no cuidado dos filhos, do marido e de outros membros da família alargada. Em contrapartida, aos homens é atribuído o papel de principais responsáveis económicos da família (Gomes & Monteiro, 2020).

Moreira (2017) observa grandes desigualdades entre homens e mulheres, destacando que os homens ocupam, em geral, posições de grande responsabilidade na sociedade, enquanto as mulheres são frequentemente remetidas ao espaço doméstico e a funções menos valorizadas.

No âmbito das dinâmicas familiares e dos papéis de género, Oliveira (2010) reforça que é comum atribuir à mulher a responsabilidade pelos cuidados domésticos e pela educação dos filhos, enquanto ao homem é reservado o papel de provedor, encarregado de suprir as necessidades materiais da família por meio de uma atividade profissional remunerada.

No que diz respeito à divisão sexual do trabalho, os resultados das entrevistas revelam uma separação nítida entre os papéis atribuídos a homens e mulheres. As mulheres são frequentemente vistas como frágeis e incapazes de realizar tarefas fisicamente exigentes – um estereótipo profundamente enraizado na cultura guineense. Existe uma distinção clara entre os trabalhos considerados apropriados para cada género, o que contribui para a manutenção das desigualdades e dificulta uma partilha justa e colaborativa das responsabilidades familiares.

Esses resultados estão alinhados com as teorias defendidas por diversos autores. A mulher é frequentemente retratada como um ser delicado, destinado à maternidade, à proteção e ao afeto, tendo como principal função o cuidado da família. Em contraste, o homem é incentivado desde cedo a envolver-se em atividades como brincar com carrinhos, jogar videojogos e praticar desportos coletivos – ações que promovem a tomada de decisão e estão associadas ao espaço público (Semedo & Barros, 2012).

Gomes & Monteiro (2020) apontam que a maioria das mulheres desempenha funções de menor prestígio nas atividades formais, estando predominantemente inseridas no setor informal, onde assumem papéis tradicionais de gestoras do lar e da família. Já Pintassilgo & Mauritti (2025) destacam que, em quase todas as sociedades, os homens ocupam com maior frequência cargos de liderança e recebem, em média, salários superiores aos das mulheres. Além disso, é comum que tenham acesso facilitado a posições técnicas e científicas de alto nível, mesmo quando não possuem as qualificações necessárias para o desempenho dessas funções.

Relativamente à conciliação entre os espaços público e privado, observa-se uma predominância masculina nos espaços de tomada de decisão, onde os homens ocupam os altos cargos da sociedade. As mulheres, por sua vez, continuam a ser associadas ao espaço privado. Essa dominação simbólica é frequentemente explicada por fatores educacionais e culturais que favorecem os homens e lhes permitem tirar proveito dessa vantagem.

Apesar disso, há sinais de mudança. As mulheres demonstram disposição para lutar pela igualdade e começam a ocupar cargos de destaque, desempenhando papéis cada vez mais relevantes na sociedade. Essa tendência confirma as previsões de vários autores sobre a crescente presença feminina no espaço público e a transformação das dinâmicas de gênero.

Semedo e Barros (2012: 22) examinam a condição das mulheres na Guiné-Bissau, evidenciando como práticas culturais profundamente enraizadas perpetuam desigualdades de gênero. Essas dinâmicas socioculturais impõem às mulheres padrões de submissão, favorecem a ocorrência de casamentos precoces e forçados, e contribuem para a sua exclusão dos processos educativos e das esferas de decisão.

Demartis (2002) reforça que as desigualdades sociais entre homens e mulheres estão presentes em todas as sociedades, refletindo-se na negação sistemática de oportunidades equitativas às mulheres no acesso às recompensas sociais, em contraste com os homens.

Gomes & Monteiro (2020) apontam que as mulheres são frequentemente confinadas ao espaço privado, assumindo o papel de donas de casa, com responsabilidades centradas no cuidado dos filhos, do marido e de outros membros da família alargada. Em contrapartida, aos homens é geralmente atribuído o papel de provedores económicos, encarregados da sustentação financeira do agregado familiar.

Apesar desse cenário, os direitos das mulheres têm registado avanços significativos, impulsionados por diversos fatores: a militância em associações femininas, a melhoria do acesso à educação por parte das raparigas, a circulação de informação internacional através das tecnologias digitais e a participação em grupos como os de *mandjuandade*. Estes grupos

reúnem mulheres de diferentes gerações para partilhar vivências e receber formação em domínios económicos, políticos, sociais e cívicos (Sangreman, 2020: 127).

No que diz respeito à educação dos filhos, a maioria dos entrevistados defende a igualdade de oportunidades, acreditando que todos devem ter acesso às mesmas condições educacionais, sem distinções baseadas no género. No entanto, as representações e práticas familiares ainda refletem desigualdades entre homens e mulheres, contrariando as afirmações de diversos autores que sustentam a existência de uma educação pautada por normas rígidas de género. Sangreman (2020) observa que uma parte significativa das mulheres acaba por reforçar essas limitações, ao educar as meninas para aceitarem um papel social secundário, marcado pela obediência.

CAPÍTULO 6

Conclusão

O objetivo desta dissertação foi estudar a emancipação feminina e os modelos de organização social e familiar na Guiné-Bissau. Procurou-se compreender o processo de emancipação das mulheres, examinando transformações sociais, culturais e políticas que têm motivado a sua autonomia ao longo do tempo. Pretendeu-se também identificar as representações sociais e as práticas de gênero que moldam as dinâmicas familiares e sociais, investigando como essas visões influenciam comportamentos, expectativas e relações interpessoais. Por fim, procurou-se analisar as mudanças na distribuição das tarefas domésticas decorrentes da emancipação feminina, avaliando o impacto dessa evolução sobre os papéis tradicionalmente atribuídos no seio familiar e as possíveis reconfigurações das relações de poder e cuidado.

A realização de entrevistas permitiu testar empiricamente diversas contribuições teóricas destacadas na revisão da literatura, entre elas as reflexões sobre representações sociais e papéis de gênero desenvolvidas por Moreira (2017). A autora evidencia uma profunda desigualdade entre homens e mulheres no que diz respeito à representação social, sublinhando que os homens tendem a ocupar posições de maior responsabilidade e visibilidade na esfera pública, enquanto as mulheres são frequentemente associadas ao espaço doméstico e a funções socialmente menos valorizadas. Os padrões identificados nas entrevistas corroboram, em grande medida, essa leitura teórica. No entanto, emergem também vozes que desafiam essa lógica tradicional, propondo uma reconfiguração das representações sociais e dos papéis de gênero. Essas vozes partem do princípio de que tais representações deveriam ser mais equitativas, tanto no seio das famílias como em todos os contextos sociais, revelando tensões e possibilidades de transformação nas dinâmicas de gênero contemporâneas.

Em relação à conciliação entre os espaços público e privado, a maioria das entrevistas aponta para o predomínio masculino nos espaços públicos, sobretudo nos lugares de tomada de decisão, onde os homens ocupam cargos de destaque e elevada representatividade social. Por outro lado, as mulheres tendem a dominar o espaço privado, estando mais presentes em funções de menor prestígio nos trabalhos formais, e, em grande parte, optam por ocupações alternativas no setor informal. Este padrão está fortemente condicionado pelo baixo nível de escolaridade das mulheres em comparação com os homens. Tal resultado converge com os dados dos Indicadores Múltiplos (MICS 2018–2019), segundo os quais a percentagem de

adultos entre os 15 e os 49 anos que sabem ler e escrever varia significativamente conforme o género: 33% das mulheres são alfabetizadas, em face de 49% dos homens.

No que diz respeito à educação dos filhos, os resultados revelam uma tendência crescente para a igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas, com acesso às mesmas condições educacionais, independentemente dos papéis de género. Observam-se, nas famílias, sinais claros de transformação, com a adoção de perspetivas mais equitativas que desafiam o modelo tradicional de educação diferenciada segundo o sexo. A lógica da igualdade na educação dos filhos é partilhada por todos os entrevistados, evidenciando uma realidade cada vez mais presente e consolidada.

Quanto às diferenças e contradições no seio dos casais, importa salientar que, durante as entrevistas, foram identificadas divergências significativas dentro do mesmo casal no que diz respeito às representações e práticas de género, revelando conflitos entre os pontos de vista. Existem casos em que o homem defende a existência de distinções claras entre os papéis de género no âmbito familiar, bem como na divisão sexual do trabalho. Por sua vez, a mulher sustenta que a igualdade deve prevalecer em todos os aspetos da vida conjugal e familiar, sobretudo na educação dos filhos. Neste sentido, o padrão tradicional não se revelou como aquele defendido por Sangreman (2020), que uma parte significativa das mulheres contribui para a manutenção das limitações impostas às meninas, ao educá-las para aceitarem posições secundárias e obedientes na sociedade. Neste caso as entrevistas apontam para a igualdade tratamento em relação a educação dos filhos.

Sobre a influência da profissão, escolaridade e local de residência, vale a pena sublinhar o seguinte: entre os entrevistados em Bissau com níveis mais elevados de escolaridade, persiste a ideia de que o homem deve ser o provedor da família. Ainda que se reconheça e se abra espaço para o protagonismo da mulher, o peso financeiro continua a recair predominantemente sobre o homem, enquanto a mulher assume, em grande parte, as tarefas domésticas. Já entre os entrevistados com menor grau de escolaridade, o papel tradicional de género mantém-se como uma referência central, influenciando fortemente as suas perceções e práticas relacionadas ao género. Em Bolama, por sua vez, os entrevistados apontam para uma maior igualdade nas relações de género. No entanto, observa-se uma diferença subtil: as tarefas domésticas continuam a recair, de forma mais acentuada, sobre as mulheres.

Por último, foi importante destacar que, durante a realização das entrevistas com os casais separadamente, percebe-se que, embora a figura masculina continue a ocupar o papel de provedor na família e esteja predominantemente representada nos cargos mais altos da hierarquia e nas instâncias de tomada de decisão, as mulheres demonstram uma forte disposição

para lutar pela concretização da igualdade e da equidade em todos os quadrantes da sociedade. Quando existem quatro homens nos altos escalões das representações sociais, reivindica-se que, pelo menos, duas mulheres também estejam presentes. As entrevistadas estão engajadas na luta por mudanças significativas nos modelos de organização familiar e social, visando uma estrutura mais justa e inclusiva.

Para produzir uma interpretação crítica dos resultados, é fundamental reconhecer algumas limitações e dificuldades encontradas ao longo da realização deste trabalho. Em primeiro lugar, deslocar-se até à Guiné-Bissau para realizar as entrevistas não foi uma tarefa fácil. Identificar casais que se enquadrassem no perfil desejado em que tanto o homem quanto a mulher possuem um emprego formal fora de casa revelou-se particularmente desafiante, pois muitas pessoas, mesmo cientes de que se tratava de um trabalho académico, recusaram colaborar, alegando falta de tempo. Além disso, as entrevistas não se limitaram à cidade de Bissau. Foi necessário deslocar-me até Bolama, uma zona insular da Guiné-Bissau, o que implicou esforços logísticos adicionais e não menos exigentes. Os casais foram entrevistados separadamente e, num primeiro momento, foi perceptível o desconforto por estarem a falar com alguém estranho sobre a organização das suas vidas diárias. No entanto, à medida que compreendiam a importância do estudo e reconheciam o valor da sua participação, tornaram-se mais abertos e colaborativos, contribuindo de forma significativa para a construção dos dados.

Relativamente às pistas para a futura realização de um trabalho desta natureza, seria pertinente considerar uma pesquisa de carácter quantitativo, permitindo assim abarcar um número mais expressivo de participantes. Alternativamente, uma abordagem mista combinando métodos qualitativos e quantitativos poderia revelar-se ainda mais eficaz, ao possibilitar tanto a ampliação da amostra quanto uma análise aprofundada do tema em questão. Seria igualmente relevante incluir estudos que envolvam as autoridades competentes, com o objetivo de compreender os mecanismos atualmente adotados para lidar com as questões de género. A participação de ONG que atuam na promoção do empoderamento feminino também se mostra essencial, pois permitiria uma aproximação às realidades vividas pelas mulheres no seu quotidiano. Além disso, seria valioso integrar os grupos de *mandjuandade*, mencionados por Sangreman (2020) como uma das estratégias de mudança. Estes grupos reúnem mulheres de diferentes faixas etárias para a partilha de experiências e oferecem formações em diversas áreas, nomeadamente nos domínios político, cívico, social e económico.

Em suma, diante das experiências de vida transmitidas pelos entrevistados, esta dissertação sublinha a urgência de uma reflexão crítica sobre a situação das mulheres na Guiné-

Bissau, especialmente no que diz respeito aos espaços de representatividade social. Torna-se necessário ultrapassar a limitação histórica que as confina aos domínios privados, como o papel de donas de casa e gestoras do lar. É fundamental promover uma reflexão profunda com o intuito de criar oportunidades equitativas para todos os cidadãos, conforme estabelece a Constituição da República da Guiné-Bissau, no seu artigo 25, que garante a “igualdade entre os homens e as mulheres em todos os vertentes da vida”.

Referências Bibliográficas

- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34. ISCTE.
- Barros, M. (2014). A sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas. U.E. PAANE.
- Barros, M. (2022). Sistemas de financiamento da economia informal, mutualismo e proteção social. In *Fórum Internacional de Mercados Informais. Impactos e Complexidade Social*. Cabo Verde: Universidade de Cabo Verde.
- Barros, M., & Semedo, O. C. (2012). *Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação política com base no género*. UNIOGBIS.
- Barros, M., Filice, R. C. G., Lima, R. W., & Jesus, L. S. B. (2024). *Tecendo redes antirracistas III: Entre resistências e emancipações* (Coleção: Cultura negra e identidades).
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23–38.
- Bourdieu, P. (2010). A dominação masculina, 9ª edição, Rio de Janeiro, *Bertrand Brasil*.
- Demartes, L. (2007). *Compêndio de Sociologia*. Edições 70.
- FEC- ONGD (2017) Educação para a cidadania, guia de aprendizagem, Manual não publicado, FEC –ONG. Guiné-Bissau.
- Formação em violência baseado do género (2019) legislações anexas. *World Bank Group*.
- Freitas, A. P. A., & Silveira, N. L. D. (2008). Ética na pesquisa com sujeitos humanos: Aspectos a destacar para investigadores iniciantes. *Psicologia: Argumento*, 26(52), 35–46.
- Gomes, P. G. (2021). *Mindjeris di Guiné, ka bô m'pina, ka bô burgunhu: Narrativas de mulheres na/sobre a luta de libertação na Guiné-Bissau (trajetórias, construções e percursos)*. *beÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, 6(6), 81–106.
- Gomes, P. M., & Monteiro, A. C. (2020). Os desafios da lei de paridade na sua dimensão social e política: O caso das mulheres na Guiné-Bissau. *Cadernos da África Contemporânea*, 3(6).
- Guerra, E. L. A. (2014). *Pesquisa qualitativa*. Grupo Ânima Educação.
- Guerreiro, M.D. & Abrantes, P. (2007) *Transições incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, coleção: estudos. Edição: Comissão para igualdade no trabalho e emprego.
- INE - Guiné-Bissau (2022) *Projecção demográfica da população 2014-2063*.

- INE - Guiné-Bissau, MICS(2018/2019) *inquerito aos indicadores multiplos*.
- INE- Guiné-Bissau (2025) Recenseamento geral de população e habitação, *SAR Cartografia*, Kergoat, D. (2003). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo. In *Anais do Colóquio Internacional sobre Género e Cidadania* (pp. 55–64).
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2008). *Metodologia científica* (5ª ed., rev. e ampl.). Atlas.
- Mideiros, F.S.B. & Campos, S.A.P. (2020) As relações de gênero, os estereótipos e a violência simbólica no mercado do trabalho. *Revista de Administração IMED, Passo fundo*, vol. 10, n 1, p 127-144.
- Moreira, J. K. (2017). *A cultura di matchundadi na Guiné-Bissau: Género, violências e instabilidade política* (Tese de Doutoramento). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/17067/4/phd_joacine_katar_moreira.pdf
- Oliveira, N. C. G. (2010). *Representações sociais de género e o seu impacto nas práticas familiares* [Dissertação de Mestrado].
- Pintassilgo, S. C., & Mauritti, R. (2025). Estudos sobre a igualdade e inclusão: O lugar da mulher na sociedade guineense — Tematização de diálogos multissituados de ensino/aprendizagem (pp. 75–108). AAFDL.
- Relatório de voz di Paz: fala di mindjer(2018) *Além da pressão social e das barreiras institucionais: O papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau*.
- Sangreman, C. (2020). *Observando direitos na Guiné-Bissau: Educação, saúde, habitação, água, energia, igualdade do género*. ACEP com LGDH.
- Trindade, I. F. G. (2020). *Representações sociais de género e sexualidade em Portalegre e Lisboa* [Dissertação de Mestrado, ISCTE-IUL].
- Xavier, R. (2002). Representação social e ideologia: Conceitos intercambiáveis? *Psicologia & Sociedade*, 14(2), 18–47.

FONTES

- Lei n.º 6 / 2014 de 04 de Fevereiro de 2014, Assembleia Nacional Popular, Série.: Ministério da Justiça.
- Lei n.º 4 / 2018 de 03 de Dezembro de 2014, Assembleia Nacional Popular, Série.: Ministério da Justiça.

Anexo

Guião das Entrevistas

Caracterização da/o Entrevistada/o

1. Nome
2. Sexo
3. Idade
4. Escolaridade
5. Estado civil
6. Local de residência
7. Número de filhos
8. Número de pessoas no agregado familiar

Representações sobre o Papel do Homem e da Mulher na Sociedade Guineense

9. Na sua opinião, quais são as diferenças entre os papéis desempenhados por homens e mulheres?
 - Na família
 - Na escola
 - No trabalho
 - Na vida social

Práticas sobre o Papel do Homem e da Mulher na Sociedade Guineense

10. Quais são as suas principais atividades?
 - Em casa
 - No trabalho
 - Na comunidade
11. E quais são as principais atividades do/a seu/sua marido/esposa?
 - Em casa
 - No trabalho
 - Na comunidade

Educação dos Filhos

12. Os seus filhos têm atividades diferentes por serem rapazes ou raparigas? Se sim, quais são essas diferenças?